

Anistia Internacional cobra ação de Lula

Relatório critica Justiça brasileira

BRASÍLIA – A secretária-geral da Anistia Internacional, Irene Zubaida Khan, cobrou ontem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o governo passe do discurso à ação na área de direitos humanos. Em relatório entregue a Lula, a organização defendeu a reforma do Judiciário, especialmente na área criminal, para assegurar o acesso dos mais pobres à Justiça.

Segundo o documento, as mudanças são necessárias para “acabar com a ampla exclusão dos pobres que permeia o sistema Judiciário”. O documento diz que as reformas devem “incluir mecanismos independentes de transparência, supervisão, investigação e de acesso mais generalizado à Justiça”.

– É necessário que haja uma reforma no Judiciário – disse Khan.

A Anistia, a principal organização de defesa dos direitos humanos do mundo, defendeu o controle externo do Judiciário:

– Nossa principal preocupação com o Judiciário é em relação à lentidão e às sentenças pesadas que levam à superlotação de prisões – disse.

No documento, a Anistia pediu a Lula que a prioridade ao combate à fome e à miséria seja estendida aos abusos cometidos contra direitos civis e políticos, “como os assassinatos cometidos por policiais e o acesso desigual à Justiça”.

O relatório, porém, não traz só críticas ao país. Segundo a Anistia, o discurso oficial do Brasil contra as violações de direitos humanos é progressista e, ao admitir o problema da

tortura e aceitar as denúncias feitas por organizações de direitos humanos, o país se coloca internacionalmente numa posição de vanguarda.

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, Nilson Naves, disse ontem, por intermédio de sua assessoria, que só comentará o assunto quando tiver acesso ao relatório.

Uma das críticas feitas ao Brasil é a discrepância entre o discurso oficial e a prática. Um dos exemplos citados no relatório é o hábito de se torturar presos para obter confissões. Outro alvo de crítica é a atuação dos governos estaduais. A Anistia relata que, ao entrar em bairros pobres para combater o crime organizado, a polícia acaba tratando com violência a população local.

Esse é um dos motivos que fez com que Khan, a primeira mulher a dirigir a Anistia, também tenha pedido a Lula que cobre dos Estados mais responsabilidade em relação a crimes envolvendo policiais. Rio e São Paulo foram criticados.

– Os policiais dos dois Estados matam cada vez mais civis, e a explicação oficial para as mortes é geralmente resistência seguida de morte, com a vítima sendo acusada de ser a agressora – diz o relatório.

A denúncia mais comum de violação aos direitos humanos no Brasil é a tortura. Dos casos denunciados, cerca de 90% são cometidos por agentes públicos, principalmente pelas polícias estaduais, diz o documento. É freqüente que crimes dessa natureza ocorram dentro dos presídios e das unidades para menores.